



ENTRE A POEIRA E A LAMA: REPERCUSSÕES DOS DESASTRES NA VIDA COTIDIANA DE GRUPOS VULNERABILIZADOS

APOIO: FAPESP

Norma Valencio
Programa de Pós-Graduação em Sociologia,
Universidade Federal de São Carlos
Programa de Pós-Graduação em Ciências da Engenharia Ambiental,
Universidade de São Paulo
normaf@terra.com.br

Preâmbulo

- No âmbito das Ciências Sociais, discute-se a qualidade da ação do Estado tanto na manutenção quanto na elevação da desproteção dos grupos sociais debilitados nas circunstâncias de um desastre (Quarantelli, 1998, 2005; Oliver-Smith, 2006; Alexander, 2011; García-Acosta, 2012, Valencio, 2012, 2014);
- No Brasil, multiplicam-se os casos em que as práticas técnicas dos órgãos atuantes na resposta aos desastres são insuficientes ou inadequadas.
 - o modo de atendimento público aponta para uma progressiva legitimação institucional de práticas que resultam no esgarçamento dos direitos de grupos sociais afetados.
 - repertórios discursivos estigmatizantes, com viés de classe, são difundidos pelos quadros humanos e penetram sub-repticiamente na cultura institucional, no âmbito do SINPDEC, perpassando tacitamente nas várias gestões e esferas de governo e se torna, assim, um problema de Estado.



Objetivo

Sintetizar, em termos sociológicos, variadas formas de violência de Estado contra grupos sociais mais severamente afetados.

-- Focalizar o conteúdo material, social, espacial e simbólico de deterioração dos direitos da pessoa humana.



Procedimentos metodológicos

- Pesquisa de campo, de base qualitativa (entrevistas semiestruturadas e observação direta)
 - questão central: como vivenciam a situação e a relação com o meio técnico-operacional (foco central nas medidas de resposta e recuperação)
 - abrangendo dez diferentes casos no Brasil

Localidade Município/Unidade Federativa	Ano de início ocorrência	Tipo de desastre (relacionado a qual evento) (ref.SEDEC/MI)	Subgrupo social abordado na pesquisa
Angicos/Rio Grande do Norte	2012	estiagem	<ul style="list-style-type: none"> pequenos prod. rurais autônomos
Aracati/Ceará	2013	seca	<ul style="list-style-type: none"> assentados rurais quilombolas
Brasiléia/Acre	2012	enchentes	<ul style="list-style-type: none"> imigrantes indocumentados
Juazeiro/Bahia	2013	estiagem	<ul style="list-style-type: none"> pequenos prod.rurais autônomos
Petrolina/Pernambuco	2013	estiagem	<ul style="list-style-type: none"> lideranças comunitárias
Petrópolis/Rio de Janeiro	2011	enxurradas	<ul style="list-style-type: none"> lideranças comunitárias coord. de redes sociais locais
Porto Velho/Rondônia	2014	inundações	<ul style="list-style-type: none"> ribeirinhos indígenas desabrigados
São Jerônimo/Rio Grande do Sul	2012	granizo/inundação	<ul style="list-style-type: none"> moradores de periferias urbanas pequenos produtores rurais autônomos
São Rafael/Rio Grande do Norte	2012	estiagem	<ul style="list-style-type: none"> reassentados de barragem
Teresópolis/Rio de Janeiro	2011	enxurradas	<ul style="list-style-type: none"> moradores de periferias urbanas moradores de bairros de classe média

Material

- Ausência ou insuficiência de programas de recuperação/restituição de locais, objetos e de meios de trabalho danificados ou destruídos
- Ausência de política pública compensatória à família diante o falecimento de membro, garantindo a sobrevivência de dependentes;
- Oferecer compensações irrisórias referentes ao bem imóvel interditado (terreno e edificação), assim como a pertences que a família se vê obrigada a se desfazer nessa interdição, coagindo (através de pressão moral, financeira e psíquica) para que o chefe da família aceite a proposta;
- Falta de padronização e de transparência nos critérios técnicos locais de atendimento às famílias para distribuição de auxílio-moradia e kits de bens de primeira necessidade (cestas básicas) e bens de consumo duráveis de uso domésticos (eletrodomésticos e mobiliários).

Conteúdo da violência	Práticas de manifestação da violência
Social	<ul style="list-style-type: none"> - Imposição e padronização de regras do meio técnico sobre a dinâmica e as rotinas da vida cotidiana das várias famílias conviventes em abrigos provisórios, desautorizando o comando dos chefes, da família e do lar, no referente às normas de convivência de seus membros na esfera privada e na vocalização ativa pra a busca de consensos, próprio da sociabilidade comunitária; - Praticar ou favorecer a prática de assédio moral e sexual de pessoas em abrigos provisórios, por exemplo, através da desproteção à intimidade do indivíduo ou família; - Não suprir os abrigados com regularidade e num patamar aceitável e omitir-se em providências de higienização pública, oferecimentos de serviços de acesso à água e energia, tornando os abrigos provisórios insalubres; - Insuficiência do atendimento à saúde em situação pessoal de adoecimento (físico ou mental) relacionado ao desastre; - Insuficiência das cotas de alimentos e de água potável para moradores de comunidades em emergência, adotando-se formas de distribuição pública vexatórias destes itens (isto é, resultando em humilhação das pessoas) e sem garantia de proteção aos grupos sociais especiais (gestantes, idosos, pessoas com deficiência, crianças); - Insuficiência das medidas operacionais adotadas na recuperação de corpos de pessoas desaparecidas no desastre; - Falta de apoio oficial aos ritos e ao processo de luto, tais como em relação ao que estabelecem as práticas culturais da família na realização de funeral, ao sepultamento dos mortos e à elaboração simbólica e psicossocial das perdas de pessoas com quem eram mantidos vínculos sociais estreitos; - Ausência ou demora de serviço especializado de resgate, exigindo o exercício extenuante de determinadas técnicas corporais para manter-se vivo ou resgatar pessoas ou animais em perigo iminente; - Submissão à solicitação técnica para preenchimento de inúmeros cadastramentos, cujo efeito prático positivo para a família não é notado; - Letargia dos órgãos competentes na liberação de documentação que permita a livre circulação e o direito de trabalho no país; - Disseminar discursos estigmatizantes sobre os grupos sociais afetados nos desastres, incluindo, discursos de

Conteúdo da violência	Práticas de manifestação da violência
Espacial	<ul style="list-style-type: none">- Desproteção na guarda de bens móveis (de valor econômico e imaterial) que ficaram na moradia de origem;- Flexibilização dos direitos territoriais individuais e comunitários, com a expulsão dos moradores de sua residência, do uso do terreno e da comunidade onde habitava e mantinha laços econômicos e extra-econômicos;- Falta de apuração de denúncias de contaminação da área afetada;- Constrangimento técnico (indireto ou indireto) sobre a rede primária da família para que proceda ao acolhimento da mesma, mesmo que as condições locacionais do anfitrião sejam precárias;- Dissolução da convivência comunitária devido à dispersão da vizinhança;- Ausência de informações e providências acerca do encaminhamento das soluções habitacionais definitivas.
Simbólica	<ul style="list-style-type: none">- Perda dos objetos de memória (individual, familiar ou comunitário) e de demais referências materiais de caráter identitário, diante as quais o esforço de apoio técnico à recuperação é nulo ou relegado a um segundo plano no elenco das prioridades.

Conclusões

- O simples fato de o meio técnico-operacional se apresentar no cenário, e ali tomar certas providências, não significa correspondência direta com aquilo que o grupo social afetado necessita/demanda;
- Interação social caracteriza-se pela paulatina desconsideração do meio técnico-operacional:
 - (a) necessidades de preservação da intimidade pessoal
 - (b) necessidade de preservação da privacidade da família
 - (c) vínculos sociais das famílias com o lugar de moradia
 - (d) negação do valor subjacente aos laços de coesão da vizinhança e facilidade em desvincular as famílias e suas respectivas comunidades de seu lugar.
- Isso significaria uma ação do Estado:
 - - no varejo, a cada desastre, segue alterando o curso da história de grupos sociais debilitados, de modo a negar o seu valor humano intrínseco e jogá-los na anomia social;
 - - no atacado, legitima-se uma cultura institucional (tácita) de crueldade, enredando vários órgãos atuantes na resposta e na reabilitação.

Obrigada!

NÚCLEO DE ESTUDOS E PESQUISAS SOCIAIS EM DESASTRES

NEPED

Universidade Federal de São Carlos

UFSCar

www.ufscar.br/neped

desastres@terra.com.br